

85ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC ATA 85/2024

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

Data: 11/12/2024	Plataforma On-line google pelo link: https://meet.google.com/kiv-apdn-vpe https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q Presencial: Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Sala de Pedra Rua Dr. Fúlvio Aducci, 767, Estreito - (frente) Rua General Eurico Gaspar Dutra, 746, Estreito - (fundos)	Horário: 14 horas
---------------------	---	----------------------

PARTICIPANTES CONSELHEIROS

Marcos Leandro Espíndula	Titular	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	J - Férias
Valdicéia Zulma Luciano Klausen	Suplente	Governamental	SED - Secretaria de Estado da Educação	P
Ludmila Castro Malta	Titular	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Iara Regina Ávila Portela	Suplente	Governamental	SES - Secretaria de Estado da Saúde	F
Felipe dos Passos	Titular	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	
Ana Carolina Moreira de Oliveira	Suplente	Governamental	SEF - Secretaria de Estado da Fazenda	
Sílvia Cantarino Rocha dos Santos	Titular	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	P
Bruna Roberta Wessner Longen	Suplente	Governamental	SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa	A
Guilherme Fernando dos Santos Papini	Titular	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	Presencial
Leonardo Sebold Branco	Suplente	Governamental	SICOS - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	A
Leonardo Marcondes Machado	Titular	Governamental	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P

Juliana Lima Medeiros	Suplen te	Govername ntal	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	P
Mayara dos Santos Modolon	Titular	Govername ntal	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	P
Mirella Ilta Machado da Silva	Suplen te	Govername ntal	SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil	A
Fabiana de Souza	Titular	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	Presencial
Katia Freitas da Silva	Suplen te	Govername ntal	SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	A
Vanessa Regina Ostrowski	Titular	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	P
Marco Aurélio Maia Liberato	Suplen te	Govername ntal	IMA - Instituto do Meio Ambiente	A
Maria Del Carmen Cortizo	Titular	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	
Maria Lúcia Lemos Haygert	Suplen te	Sociedade Civil	IMDH- Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina	
Erli Aparecida Camargo	Titular	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	Presencial
Vera Lúcia Vargas	Suplen te	Sociedade Civil	FINER - Fundação Instituto Nereu Ramos	Presencial
Nasser Haidar Barbosa	Titular	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	P
Valdete Daufemback	Suplen te	Sociedade Civil	CDH Maria da Graça Braz	A
Rogério Manoel Corrêa	Titular	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	J - outra agenda
Lucilene Binsfeld	Suplen te	Sociedade Civil	CUT-SC - Central Única dos Trabalhadores	Presencial
Cláudia Semensato Andrieux	Titular	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Nalá Ayalén Sánchez Caravaca	Suplen te	Sociedade Civil	Instituto Arco-Íris	F
Ivone Maria Perassa	Titular	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F
Jaqueline Laura da Silva Manchein	Suplen te	Sociedade Civil	Associação Pastoral do Povo da Rua	F

Celina Duarte Rinaldi	Titular	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	Presencial
Marlete Conceição Pinto de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil	IGENTES - Instituto Gentes de Direitos	P
Diego Lopes Costa	Titular	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Matheus Henrique Guimarães Santos	Suplente	Sociedade Civil	CDHI - Centro dos Direitos Humanos de Itajaí	F
Yara Maria Moreira Hornke	Titular	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	Presencial
Gabriela Rabello	Suplente	Sociedade Civil	CRP12 - Conselho Regional de Psicologia 12ª região	A
Rosemeri Miranda Prado	Titular	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	P
Neudi Antonio Giachini	Suplente	Sociedade Civil	FECESC - Federação dos Trabalhadores no comércio no estado de Santa Catarina	A

PARTICIPANTES CONVIDADOS

Conselheiro Darcy Costa, Coordenador da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua e representante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-SP) e Luís Bernardo Delgado Bieber, assessor técnico do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.	Momento de Formação
Daniel Santos	Comissão Garantias População de Rua
Dhieniffer Ferreira de Carvalho	Secretaria de Estado da Fazenda

Ordem do Dia:

1. Abertura;
2. Espaço de Formação com o tema População em Situação de Rua (Relatório da Missão em SC)
3. Levantamento de quórum;
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;
5. Justificativas de ausências;
6. Aprovação da Ata 84ª;
7. Devolutiva das ações da plenária anterior;
8. Comissão Permanente de Legislação e Normas;
9. Comissão de Soluções Fundiárias;

10. Comissão LGBTI +;
11. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos;
12. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;
13. Comissão de Comunicação;
14. Informes Gerais/Agenda Livre.

1. Abertura;	A presidenta Erli Camargo (FINER) deu início à reunião desejando boas-vindas, destacando sua presença física na Plenária, devido à realização do Seminário de Direitos Humanos no dia anterior. A conselheira Fabiana de Souza, da SAS-SC, conduziu a leitura da convocatória.
2. Espaço de Formação com o tema População em situação de rua (Relatório da Missão em SC)	O Coordenador da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua e representante do MNPR-SP, senhor Darcy Costa, abriu a discussão revelando que o relatório da missão foi motivado por denúncias alarmantes de internações compulsórias e violência institucional. Em abril de 2024, uma missão percorreu o Estado de Santa Catarina, realizando visitas, reuniões, audiências públicas e inspeções em locais de atendimento, equipamentos e serviços de assistência social e saúde. Participaram do processo ativamente, instituições de defesa dos direitos humanos, a defensoria pública e a pastoral do povo da rua. Uma escuta qualificada foi conduzida diretamente com as pessoas em situação de rua, através de visitas aos equipamentos da Assistência Social Centros Pop. O resultado desse intenso trabalho foi o relatório recentemente publicado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos. Luís Bernardo Delgado Bieber, assessor técnico do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, deu continuidade, explicando que a missão teve início após denúncias recebidas pelo CNDH, e que as cidades visitadas foram Florianópolis, Palhoça, Balneário Camboriú e Criciúma. As denúncias recebidas giraram em torno de violência policial, internações em comunidades terapêuticas, ausência de serviços públicos e discurso de ódio. A comissão constatou a falta ou a má organização dos serviços públicos. Chamou atenção para o capítulo 5 do relatório, que destaca “ações que a missão não encontrou e deveria encontrar”. Observou-se que o Conselho de Políticas de Drogas, apesar de existir nos quatro municípios visitados, não estava em pleno funcionamento ou não tinha registros adequados de suas atividades. Também foram identificadas a ausência de comitês intersetoriais de acompanhamento e monitoramento da política para a população em situação de rua, a falta de políticas de moradia e alimentação para essa população e o funcionamento precário dos serviços de saúde e assistência social. Diante disso, a equipe do CNDH fez recomendações às Prefeituras visitadas, e salientou a criação de serviços próprios que não se enquadram na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e, portanto, não receberam recursos federais. A Presidente propôs dois pontos focais para o trabalho do Conselho Estadual em 2025: verificar as recomendações do relatório relativas ao Ministério Público e sugerir uma redefinição na linha de atuação deste, por meio do diálogo com outros Conselhos, sugerindo o CONSEA. Considera que há uma escolha

	governamental, como a recusa em utilizar recursos federais. O conselheiro Nasser relatou uma escala de ações preocupantes em Joinville contra a população em situação de rua nos últimos meses, e identificou omissão e uma possível decisão ideológica por parte do Governo em não utilizar recursos federais. A conselheira Maiara contrapôs a fala da presidente, ressaltando a importância do tema e reconhecendo os esforços do governo estadual em políticas públicas e investimentos para a população em situação de rua, especialmente em Florianópolis. Enfatizou que a questão não é responsabilidade exclusiva do governo e que a situação se entrelaça com a dependência química. O conselheiro Nasser reforçou que a terminologia correta é "pessoas em situação de rua" e que essa condição é social e passível de mudança. Alertou para o potencial de violação de direitos em comunidades terapêuticas e a necessidade de considerar o desejo da pessoa. Defendeu que o foco do Conselho deve ser a garantia de direitos e a dignidade humana. A conselheira Fabiana agradeceu a presença dos convidados e informou que as Diretorias de Assistência Social e de Direitos Humanos estão trabalhando desde agosto de 2024 na criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua (CIAMP), sendo que uma minuta de Decreto está em tramitação e que estão com um anteprojeto de lei para que futuramente seja implantada a Política Estadual. O senhor Luís Bernardo Delgado Bieber concluiu a discussão reiterando que a responsabilidade principal pelo atendimento à população em situação de rua é da gestão municipal, mas apontou a omissão do Estado, especialmente na violência policial e na falta de coordenação estadual para ofertar suporte municipal, que deveria envolver todas as secretarias estaduais relevantes. Na íntegra, o Relatório da missão disponível em https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-missao-sc-poprua A fala do CNDH no momento de formação disponível durante a plenária, https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q.
3. Levantamento de quórum;	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes, constatou-se desta forma, haver quórum suficiente para as deliberações.
4. Leitura e aprovação da ordem do dia;	Aprovada
5. Justificativas de ausências;	Marcos Leandro Espindula Rogério Manoel Corrêa
6º. Aprovação da Ata 84	Aprovada

7.Devolutiva das ações da plenária anterior;	84ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC - 14/11//2024 Aprovação da Ata 83 de 2024 Todas aprovadas e publicadas em https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedh/plenarias/atas-14/2024-20 Espaço de Formação e Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação - NA ENCRUZILHADA RACIAL: MIGRAÇÃO HAITIANA E O PACTO DA BRANQUITUDE EM SANTA CATARINA Apresentação: Débora Nunes Barbosa Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=DJwJ60P XKuE Recomposição da Mesa Diretora - 1º Secretário 1º Secretário: Fabiana de Souza (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS), em substituição a ex conselheira Débora Nunes Barbosa Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua: A Secretária da SAS informou à Diretora de Direitos Humanos da SAS que o encaminhamento do processo será via Decreto de Lei. O encaminhamento do processo do Decreto de Lei será realizado na primeira quinzena de fevereiro, o passo seguinte, que é reunir os municípios com os comitês instituídos ou não. Definição da data da Plenária de Dezembro de 2024; Dia 11 de dezembro, em formato híbrido, haja vista que haverá conselheiros/as presencialmente devido ao Seminário Direitos Humanos em Pauta que ocorrerá na ALESC, dia 10/12. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho - Em tramitação - Processo SAS 00005019/2024 Reunião com a Secretária Adjunta, senhora Luciane dos Passos - 02/12 Nova Resolução das Comissões Permanentes, pois não há criação em Diário Oficial. A presidenta solicitou às comissões que até sexta-feira da próxima semana, dia 22/10, sejam enviadas as atribuições. Sendo que a minuta será apresentada na próxima reunião Plenária. Aprovada Atendido apenas pela Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação e Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos. Foi solicitado pela Casa de Semiliberdade de Lages - CSL/02 a obtenção de registro desta unidade socioeducativa junto ao CEDH/SC, por meio do e-mail csl02@dease.sc.gov.br. Foi deliberado em comissão que o CEDH não tem essa prerrogativa de registrar unidade socioeducativa. E que o registro deve ocorrer no Conselho da Criança e Adolescente. A Secretária Mônica ficou responsável por enviar por e-mail a normativa do CEDCA. Aprovado e enviado. Sobre o Presídio Regional de Mafra e a Penitenciária de São Miguel do Oeste, foi deliberado por um ofício recomendando que a Portaria
---	---

	seja reavaliada. O conselheiro Nasser - A secretária de Conselho Mônica pediu ajuda para o conselheiro Nasser na formulação do documento - em andamento. A Presidenta mencionou que recebeu uma denúncia informando que estão havendo denúncias de assédio moral dentro dos presídios femininos. Sugeriu ouvir as vítimas e acolher as denúncias, de forma sigilosa - aguardando. A Presidenta mencionou sobre o ex-candidato a vereador, senhor José Constantino Cabral Neto, popular Zé Ceará, que está desaparecido desde 1º de novembro deste ano. Informou ainda, que assim que recebeu a denúncia, foi solicitado informações acerca das investigações para apurar o ocorrido, uma vez que, até onde recebemos notícias, há forte indício de que a abordagem ao desaparecido foi feita na frente de sua casa no dia do fato, pela Polícia Militar. Foi oficiada a Corregedoria Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e o TRE-SC. A presidenta solicitou que seja divulgado entre os grupos sobre o desaparecimento - confirmado o falecimento. Outra demanda trazida foi uma denúncia sobre a ocorrência de Agressão Policial a Cidadãos Nordestinos e Nortistas em Rio do Sul/SC, no dia 13 de outubro. Diante do fato, foi solicitado informações e providências cabíveis para presidência da ALESC e para a comissão de Direitos Humanos da ALESC - ainda não tivemos retorno dos órgãos. Mães que choram - Violência intra-hospitalar em Santa Catarina - a senhora Josciane Souza, a qual nos envia os e-mails relativos ao assunto, participou da reunião realizada em 19 de novembro de 2024 em formato on-line e está participando desta comissão. A correspondência física recebida no CEDH sobre a Fiscalização nos CEJAs - região metropolitana de Joinville, foi deliberada por solicitar ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina que, na medida da possibilidade, apure o caso - ainda não tivemos retorno do órgão. Em relação à notícia sobre o caso de racismo na Escola de Educação Básica Tenente Almáchio, na Tapera. A mãe denuncia que a filha, de apenas 10 anos, sofre há mais de 5 anos com ofensas racistas disparadas por colegas. Foi deliberado pelo encaminhamento, para conhecimento e providências que entenderem cabíveis ao CEPA, Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. ainda não tivemos retorno do órgão. Sobre o caso disponível em: https://ndmais.com.br/seguranca/homem-e-morto-pela-pm-apos-tentar-suicidio-e-ser-salvo-pelos-pais-em-florianopolis-diz-irmao/. Foi encaminhado para o Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR), senhora Coordenadora Bianca Andrighetti Coelho para conhecimento e providências que entenderem cabíveis. A Notícia de Fato foi encaminhada para a Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca da Capital, via SIG-MPSC (Protocolo n. 02.2024.00146330-4).
--	---

	O conselheiro Nasser informou que de acordo com a última reunião, na qual estava a senhora Andréia, então presidenta do CEDCA, e o senhor Douglas, responsável pelo sistema Socioeducativo em Santa Catarina. Foi combinada uma inspeção nos CASES de Joinville. Na visita foi sinalizado todas as observações da comissão e necessidade de correções. Explicou que foi observado questões mais próximas ao aspecto prisional, com medidas de segurança, do que medidas socioeducativas. Apontou que o Diretor da unidade fiscalizada, ofereceu um bom acolhimento à equipe e aceitou as questões sinalizadas. Identificou como aspectos relevantes: 1) a falta de concurso público, pois muitos profissionais são contratados e considera uma fragilidade esta forma de contratação, pois a gestão está investindo na capacitação da equipe, a qual pode mudar a qualquer momento. 2) a lógica do sistema prisional, onde prioriza a segurança ao invés de socioeducativo, explicando que os jovens internados ficam 22 horas isolados em seus quartos e o que diminui o prazo de isolamento é um sistema de “recompensa”, conforme apresenta seu comportamento. Foi destacada a questão da saúde mental desses jovens, devido ao índice de suicídio. Por fim, em linhas gerais, observou que houve um esforço com melhorias desde a última fiscalização até esta atual. A Presidenta afirmou que os diálogos que tratam deste assunto, vão continuar por parte do Conselho entre o CEDCA, a SAS e a SAP, devendo ser encaminhados ofícios conjuntos quando necessários. Após a leitura das ações da plenária anterior, a Presidente propôs que os itens sinalizados em amarelo, os quais estão pendentes no CEDH voltem para pauta para que sejam finalizados. Aprovado A conselheira Valdicéia SED, informou que referente ao caso de racismo na Escola de Educação Básica Tenente Almáchio, na Tapera, irá identificar onde está e providenciar a resposta ao CEDH.
08. Comissão Permanente de Legislação e Normas: Lei de Criação do Conselho	O conselheiro Nasser informou que está finalizando a Resolução que regulamenta as Comissões e que a apresentará na próxima Plenária. A presidenta informou que, em 02 de dezembro de 2024, reuniu-se com a secretária-adjunta de Estado, a Diretora de Direitos Humanos, a Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, a Secretária do CEDH e o conselheiro Felipe, e que esse apresentou as mudanças na Lei do Conselho. A justificativa da alteração na Lei é atualizar o texto legal e proporcionar maior eficácia à sua aplicação, especialmente em relação aos quesitos técnicos. O processo (SAS 5019/2024) está em andamento no SGPe, com pedido de agilidade para tramitação ainda este ano ou início de 2025. A conselheira Fabiana confirmou a informação e disse que o processo está na PGE para análise.
09. Comissão de Soluções Fundiárias:	A conselheira Celina Rinaldi iniciou a discussão mencionando o seminário "Direitos Humanos em Pauta", que abordou o direito à moradia. Ela destacou que a Defensoria Pública está realizando uma audiência pública sobre os desafios da moradia para a faixa 1 do CadÚnico. Relembrou que em 2024, a comissão: Elaborou uma Resolução sobre a ocupação Anita Garibaldi e recebeu respostas de algumas Secretarias de Estado e do

	Judiciário. Trabalhou junto à ocupação Mariele Franco, que busca ser contemplada pelo programa Minha Casa Minha Vida, e a situação de Naufragados também está sendo acompanhada. A conselheira Lucilene sugeriu que os pagamentos relacionados às moradias dos programas habitacionais precisam ser repensados, pois a população beneficiária não tem o hábito de realizar esses pagamentos. A conselheira Iara acrescentou que despejos por falta de pagamento não correspondem ao processo de inclusão social. A conselheira Celina explicou que o programa Minha Casa Minha Vida é gerenciado pela Caixa Econômica Federal em convênio com os municípios e administrado por uma administradora de condomínio, e que a questão envolve a administradora e a legislação, as quais estão fragilizadas. A presidenta sugeriu aguardar o resultado da audiência pública na ALESC antes de tomar qualquer providência e propôs que a Defensoria Pública seja oficiada para informar o resultado para que o CEDH possa fazer proposições. A proposta foi aprovada.
10. Comissão LGBTI +;	Não houve participantes desta comissão na reunião. A Presidenta mencionou que no Seminário, a penúltima mesa do dia, foi voltada a esse tema. Salientou que o Seminário está disponível na íntegra no canal do Youtube/ALESC.
11. Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos	A senhora Josciane Locatelli Souza apresentou-se e mencionou que está participando da comissão a convite da presidenta, pois encaminha e-mails sobre violência Intra-hospitalar em Santa Catarina ao CEDH, sendo convidada a integrar a comissão. Expressou grande preocupação com a violência nos espaços de saúde e relatou sua participação na Conferência Estadual de Saúde, sugerindo a implementação de Políticas Públicas Preventivas pelo Estado. A proposta foi aprovada, mas atualmente não há recursos orçamentários. Ela solicita que o CEDH inclua a implementação dessas políticas no Plano Estadual para proteger as pessoas durante o atendimento. Mencionou que sua luta é por medidas preventivas e considera que o atendimento é para “pessoas humanas” e não apenas usuários do SUS. A sugestão é encaminhar as denúncias compiladas pela senhora Josciane à Secretaria Estadual de Saúde e questionar sobre as medidas preventivas que serão adotadas. Os próximos passos incluem: a) leitura do relatório pelos membros da comissão; b) estudo e elaboração de recomendações pela comissão; c) tramitação para a Comissão de Normas para elaboração de uma Resolução com as recomendações. A proposta foi aprovada.
12. Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;	A conselheira Lucilene informou que a comissão retomou suas reuniões em outubro, e os participantes concordaram em manter os 30 minutos iniciais de cada Plenária do CEDH para formação. Os seguintes temas foram definidos para o processo formativo: Racismo (Novembro), Relatório Visita POP Rua (Dezembro) e Relatório células nazistas (Fevereiro de 2025). Posteriormente, a

	comissão trabalhará na estruturação do plano de Direitos Humanos para o Estado, com base nas deliberações da Conferência Estadual. O calendário de reuniões da comissão será às segundas quartas-feiras do mês, às 17:30.
13. Comissão de Comunicação;	Não havia nenhum membro da comissão na reunião
14. Informes Gerais/Agenda Livre.	A presidenta informou que a Conferência Estadual de Direitos Humanos está validada, pendente apenas da definição dos Delegados por Estado. Ela solicitou que a Comissão de Políticas Públicas avalie a possibilidade de diálogo com outros Conselhos e demais atores envolvidos na garantia dos direitos humanos. A solicitação foi aprovada. A conselheira Lucilene sugeriu a realização de Seminários com base nos temas discutidos no Seminário de Direitos Humanos.
OBSERVAÇÃO	Os(As) interessados(as) em obter informações completas da reunião podem entrar em contato com a Secretaria do CEDH-SC para acessar a gravação ou assistir ao vídeo na página do Conselho no YouTube: https://www.youtube.com/live/7ITOGAPBe3Q. A reunião foi encerrada por volta das 17 horas e a Ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski, e assinada por ela e pela presidenta Erli.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **Y64LAP54**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERLI APARECIDA CAMARGO (CPF: 516.XXX.329-XX) em 16/05/2025 às 15:09:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)



MÔNICA ALBERTI NOCÊRA LIPSKI (CPF: 038.XXX.829-XX) em 19/05/2025 às 13:54:01

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:49:37 e válido até 13/07/2118 - 14:49:37.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1k2NExBUDU0> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **Y64LAP54** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.